



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Política Social e Estratégias de Desenvolvimento

Neodesenvolvimentismo e Políticas Sociais brasileiras no início do século XXI

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar de forma geral a influência do pensamento do chamado neodesenvolvimentismo e suas implicações sobre as políticas sociais brasileiras no início do século XXI. O período que nos propomos a estudar compreende os anos de 2003 a 2010, período marcado pela gestão governamental de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Salientamos a importância do presente estudo tendo em vista ser uma das temáticas com expressiva relevância no cenário contemporâneo. Acreditamos que a análise aqui apresentada contribuirá para o avanço da temática das políticas sociais e compreensão de suas nuances neste início de século.

Palavras-chave: Políticas sociais; Neodesenvolvimentismo; Intervenção estatal.

Neodevelopment and Brazilian Social Policies at the beginning of the 21st century

Abstract: This article aims to analyze in general the influence of the thought of the called neodevelopment and its implications on Brazilian social policies at the beginning of the 21st century. The period that we propose to study comprises the years 2003 to 2010, a period marked by the governmental management of Luiz Inácio Lula da Silva of the Workers' Party (PT). We emphasize the importance of the present study in order to be one of the themes with significant relevance in the contemporary scenario. We believe that the analysis presented here will contribute to the advancement of social policy and an understanding of its nuances at the beginning of this century.

Keywords: Social policies; Neodevelopment; State intervention.

1. INTRODUÇÃO

O conjunto das políticas sociais brasileiras representa nos últimos anos um embate entre projetos ideopolíticos distintos. A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou, do ponto de vista institucional, um arcabouço jurídico que proporcionou e deu margem para a formação de um sistema brasileiro de proteção social. Se com a Constituição Cidadã reconhecemos um avanço no que tange o trato de determinados direitos sociais, por outro nos deparamos com os limites impostos pelo projeto Neoliberal que, a partir da década de 1990 freou os avanços sociais que estavam ainda em curso de implementação no Brasil.

Historicamente o Estado brasileiro se desenvolveu dentro de um contexto muito distinto, marcado por um intenso processo de desigualdade social. Nesse sentido, observamos que as políticas sociais brasileiras não acompanharam o processo que se configurou e desenvolveu em outras sociedades a exemplo do que ocorreu em países europeus com a construção de sistemas de proteção com caráter universalizante. Nos propomos nesse estudo analisar o contexto do chamado neodesenvolvimentismo, tensionando a análise de características assumidas pela política social brasileira. Problematicamos o caráter contraditório que a política social assume nesse contexto para o que se convencionou chamar de “novo desenvolvimentismo”, onde ao mesmo tempo que visa a garantia de direitos sociais, também é utilizada como mecanismo de dinamização e desenvolvimento econômico.

Realizar a discussão da referida temática apresenta-se como um desafio por motivos diversos. O primeiro deles diz respeito a falta de consenso sobre o que alguns autores denominam de neodesenvolvimentismo. Em segundo lugar destacamos a complexidade em analisar as implicações da concepção neodesenvolvimentista e sua influência na caracterização das políticas sociais brasileiras do início do século XXI.

A discussão em torno da temática da política social é em si um tema complexo, pois a política social apresenta-se permeada por múltiplas determinações, envolvendo instâncias de difícil conceituação como Estado e Sociedade, pois a depender do enfoque, são distintas as tentativas de conceituação. Importa-nos salientar que as políticas sociais se apresentam como um fenômeno associado a constituição da sociedade burguesa, logo, do modo de produzir e reproduzir-se do capital.

O Estado Capitalista ao longo de sua existência, apresentou características distintas quanto ao trato da Política Social. Logo, compreender os atuais padrões de proteção social no capitalismo nos coloca diante das principais perspectivas teóricas de abordagens e tipologias que se constituíram em vários países, tanto os desenvolvidos quanto os de economia dependente como é o caso do Brasil.

A construção e desenvolvimento das políticas sociais esteve historicamente atrelada as contradições expressas pelo capitalismo e as marcas que este impôs em cada país. Ou seja, os países que vivenciaram a construção e efetivação de direitos sociais por meio da luta entre as classes e da organização dos trabalhadores, tinham implicadas nessas políticas as marcas dos processos históricos e sociais que orientaram a construção de um sistema de proteção social em cada nação.

O chamado neodesenvolvimentismo apresenta-se como uma concepção de caráter ideológico e teórico que se constrói e espalha sobretudo no cenário latino americano a partir do início do século XXI, obtendo destaque com os escritos de Luiz Carlos Bresser Pereira no Brasil e Aldo Ferrer na Argentina. Estudiosos da temática ressaltam que a tendência ao que se convencionou chamar neodesenvolvimentismo ganha espaço e forma a partir da ascensão de governos com caráter progressistas em vários países da América Latina.

O termo ganhou destaque tornando-se usual em ambientes acadêmicos e encontrando representantes e difusores de suas concepções e orientações em diversos meios. Importantes grupos e centros de estudos passaram a adotar o termo que ganhou terreno também em universidades, difundindo assim sua ideologia por meio de aparelhos ideológicos diversos, alcançando os mais variados setores da sociedade, bem como da burocracia estatal e ainda do empresariado.

A ideologia neodesenvolvimentista se espalha, segundo alguns autores, como uma reatualização do desenvolvimentismo clássico experimentado no Brasil nos anos 1950/60. Propõe alguns preceitos e mecanismos que, segundo defendem seus adeptos, serão capazes de proporcionar um processo de desenvolvimento econômico em países da periferia capitalista.

Os “novos desenvolvimentistas” apresentam argumentos diferenciados em torno de sua ideologia, sustentando posicionamentos heterogêneos sobre os mecanismos que proporcionaram o “desenvolvimento” experimentado sobretudo entre os anos de 2003 a

2010, suas análises afirmam que vivenciamos uma nova fase de desenvolvimento capitalista no Brasil, localizando a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como o marco para esse desenvolvimento. A autora Behring (2013) ao empreender uma análise sobre o neodesenvolvimentismo nos mostra que ainda com algumas divergências de análise e proposições, encontraremos a defesa de um novo desenvolvimentismo tanto em grupos da direita, a exemplo do PSDB quanto a esquerda articulada em torno do PT.

Teóricos do novo desenvolvimentismo acreditam e defendem que houve uma ruptura com o neoliberalismo, esses autores postulam que o Brasil vivenciaria um período pós-neoliberal marcado pelo crescimento econômico e desenvolvimento social, base das principais análises desenvolvimentistas.

Os ideólogos do novo desenvolvimento acreditam que uma das maneiras de proporcionar crescimento econômico é por meio de investimento nos setores sociais, ou seja, por meio da intervenção do Estado em políticas e programas sociais, visando assim assegurar determinados direitos. O intervencionismo estatal seria uma das maneiras essenciais de dinamizar o crescimento do setor econômico.

Nesse sentido estamos nos propondo a analisar neste trabalho as políticas sociais no chamado neodesenvolvimentismo, ou seja, as características que as políticas sociais assumem nesse período sustentado pela visão e ideologia neodesenvolvimentista. Nos ateremos, como já sinalizado anteriormente, a analisar o período que compreende os anos de 2003 a 2010.

2. A HISTÓRICA CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Ao analisar a trajetória econômica e social do Brasil, Pochmann (2010) ressalta a ‘anomalia societal’ provocada pela histórica concentração de renda e poder, bem como pelo acesso não universal ao mercado de trabalho. Esse cenário que se arrastou em diversos momentos e ciclos vivenciados no Brasil proporcionou um caráter excludente dos modelos econômicos adotados no país. Forjou-se ainda a nível externo a inserção subordinada do país a economia mundial.

Corroborando com as análises do autor, Mercadante (2010) em sua obra “As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)” se

ocupa em nos mostrar o intenso processo de concentração econômica e conseqüentemente aumento exponencial das desigualdades sociais existentes no processo de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Para este teórico, durante o século XX foi possível observar um aumento significativo do crescimento econômico brasileiro, caracterizando-se com uma média anual de 6,3% entre os anos de 1900 e 1980. Contudo, ressalta o autor que, mesmo nos momentos de crescimento econômico, o Brasil não foi capaz de proporcionar diminuição das desigualdades sociais no país. Diz o autor:

A evolução histórica da economia consolidou o processo de concentração da renda e da riqueza e reforçou os elementos de inserção subordinada na economia mundial. A evolução política consolidou o monopólio institucional da elite conservadora e seu acesso privilegiado aos recursos públicos e restringiu a vigência efetiva dos direitos individuais e sociais da maioria da população. Daí o caráter excludente dos modelos econômicos historicamente adotados no país, mesmo quando, em algumas fases, a expansão acelerada da economia, ao propiciar o aumento extensivo do emprego, tenha atenuado as manifestações mais agudas da pobreza e da desigualdade (MERCADANTE, 2010, p.153).

O cenário econômico, político e social forjado durante a evolução do Estado brasileiro levou o país a conviver permanentemente num quadro de grandes e constantes desigualdades sociais, possibilitando ainda a consolidação de uma elite conservadora e de uma classe trabalhadora historicamente expropriada de condições dignas de existência. Analisando as interfaces desse contexto, o autor pontua:

A permanência desses desequilíbrios na estrutura de distribuição da renda, nesse período, reflete a lógica de um modelo de baixo crescimento e insuficiente capacidade de formação de capital que, em função da lenta expansão do emprego, da precarização crescente do mercado de trabalho, da estrutura regressiva da tributação e do uso dos recursos públicos, da degradação da qualidade dos serviços sociais básicos, das limitações de acesso ao crédito, entre outros fatores, concentra a distribuição da renda e da riqueza e reproduz a pobreza e a exclusão social (MERCADANTE, 2010, p.156).

Para Mercadante (2010) apenas com o governo Lula esse quadro foi revertido e o país, segundo sua tese, “ingressou em um novo ciclo de crescimento” (p.156). Daremos continuidade a esse estudo nos ocupando em mostrar o quadro econômico e político que se formou durante as duas primeiras gestões do partido dos trabalhadores e que permitiu que o período fosse caracterizado como neodesenvolvimentista.

2.1 AS BASES DO PENSAMENTO NEODESENVOLVIMENTISTA

Como pontuamos anteriormente, não existe consenso, bem como explicações homogêneas para o que se convencionou chamar de novo desenvolvimento. Há sem dúvidas uma expansão em torno do conceito sobretudo no início do século XXI. Os que defendem a existência de um novo desenvolvimentismo brasileiro expõem em torno do conceito algumas bases que dão sustentação a ideologia desenvolvimentista.

É válido ressaltar que há divergências na conceituação e caracterização do neodesenvolvimentismo, mesmo entre aqueles que defendem sua existência. As teses neodesenvolvimentistas no geral postulam sobre a necessidade de combinar crescimento econômico por meio da garantia de determinados direitos sociais, logo, por meio da garantia de políticas sociais. Um dos principais difusores do pensamento neodesenvolvimentista no Brasil é o teórico Aluizio Mercadante que por meio de sua tese intitulada “As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)” defende que o novo desenvolvimentismo foi um modelo de inclusão vivenciado no Governo do Partido dos Trabalhadores, mais especificamente, durante os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Para o teórico, houve no período do governo Lula um processo de fortalecimento do mercado interno, o que provocou uma maior dinamização da economia, sobretudo por meio de políticas de transferência de renda e uma política de real valorização do salário mínimo que possibilitou que as classes menos favorecidas historicamente, ou seja, a classe trabalhadora participasse do consumo de determinados bens e serviços. Em outras palavras, o investimento público nos setores sociais seria uma das maneiras de propiciar o fortalecimento da economia interna.

A ideologia neodesenvolvimentista reúne alguns enfoques que nos possibilita caracterizar alguns de seus preceitos que orientam a discussão do tema. Katz (2016) ao realizar um estudo sobre o neodesenvolvimentismo apresenta postulados que clarificam as principais características desse pensamento. Nos estudos do referido autor, o mesmo destacou pontos que poderiam possibilitar uma articulação dos ideais neodesenvolvimentistas, nos mostrando que para os teóricos do novo desenvolvimento, é necessário potencializar a intervenção do Estado nas nações subdesenvolvidas para que essas nações possam chegar ao patamar de desenvolvimento. Seus ideólogos defendem a necessidade de encontrar modelos capitalistas adequados para cada país.

Abordam ainda a necessidade dos Estados periféricos investirem na política econômica, pois essa seria um instrumento para possibilitar o crescimento das nações subdesenvolvidas, buscando assim reduzir a dependência financeira internacional. O

fortalecimento do mercado interno passa a ser fundamental para o alcance dos fundamentos do novo desenvolvimento.

Os novos desenvolvimentistas consideram que com a ascensão do neoliberalismo nas nações periféricas latino americanas a partir da década de 1990, ocorreu um processo de retrocesso fabril, para essa vertente torna-se crucial retomar a industrialização, sendo a expansão industrial prioridade em economias intermediárias.

É reconhecido ainda a distância existente entre as tecnologias das nações de capitalismo central e aquelas em processo de desenvolvimento, logo reduzir a defasagem tecnológica torna-se outro postulado neodesenvolvimentista.

O neodesenvolvimentismo, de acordo com alguns de seus teóricos, retoma certos princípios do desenvolvimentismo clássico, contudo com certas atualizações. Logo, esclarece Katz: “Assim como seus antecessores, os novos desenvolvimentistas acreditam que o crescimento industrial aumentará o emprego, expandirá o mercado interno e estimulará o consumo” (2016, p.163).

Em sua tese sobre as bases do novo desenvolvimentismo, Mercadante é enfático ao mostrar que houve um giro, uma remodelação do que vinha se construindo sob a égide neoliberal no Brasil. Para o autor, o neoliberalismo provocou uma desestabilização econômica, tendo impacto em diversos níveis da vida social.

Sem apresentar dúvidas sobre a importância e salto que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva provocou sob o ponto de vista econômico, político e social o autor pontua a relevância da retomada de investimentos públicos, da reconstrução de um sistema de crédito interno e os estímulos criados pelo Governo que, na sua visão, buscavam favorecer o aumento da produção. Ressalta ainda o impacto dos programas de transferência de renda e de inclusão social sobre a redução das desigualdades sociais, para o autor o Brasil passou a vivenciar um processo que combinou crescimento econômico e distribuição de renda.

Para os adeptos da visão neodesenvolvimentista, o país ingressou em um novo ciclo de crescimento sobretudo a partir do ano de 2004, conseguindo, na visão desses autores, “romper a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais” (MERCADANTE,2010).

Outras características se aliam ao campo político fortalecido pela eleição progressista do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Para os novos desenvolvimentistas, o período que compreende os dois mandatos de Lula, sobretudo o primeiro, foi marcado por: *maior alocação de recursos para impulsionar a capacidade produtiva*, gerando assim um aumento da produtividade; *queda na taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas de 11,7% em 2002 para 7,9% em 2008*. Nas análises dos neodesenvolvimentistas, aliado a queda na taxa de desemprego, foi constatado avanços no processo de formalização do mercado de trabalho, sendo ainda verificado um aumento do emprego industrial na ordem de 18,5% (MERCADANTE,2010).

O autor destaca o crescimento dos postos de trabalho entre os anos de 2003 a 2008. Segundo suas análises, foram mais de 7 milhões de novos postos de trabalho formal gerados na gestão petista, o que aliado as políticas de proteção ao trabalhador, a exemplo da previdência, possibilitou uma cobertura a parcela significativa da população.

Ademais, cita-se ainda a política de valorização real do salário mínimo o que possibilitou, juntamente a outras políticas, acesso a determinados bens de consumo, com destaque para os bens duráveis. Nesse cenário, a capacidade de consumo da população passa a ser reforçada por meio de políticas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família, bem como por meio do acesso ao sistema de crédito que, segundo Mercadante (2010) permitiu uma “inclusão social de segmentos da população historicamente marginalizados” pelo sistema bancário.

O pensamento neodesenvolvimentista no Brasil se converge a partir do melhoramento de indicadores sociais provocados pelo acesso a várias políticas a exemplo da *política educacional* por meio da expansão e interiorização dos IF's ; da *política habitacional* que garantiu acesso a moradia e ainda possibilitou a dinamização do mercado por meio do incentivo ao setor da indústria civil ; políticas de transferência de renda que permitiram o acesso ao mercado de consumo de bens duráveis ; ampliação e concessão ao sistema de crédito; aumento real do salário mínimo, entre outros fatores. Todas essas características permitiram o fortalecimento do mercado interno no período analisado, bem como o melhoramento nos indicadores sociais. Para o autor:

A convergência dessas políticas se traduziu em um melhoramento expressivo de vários indicadores sociais e foi particularmente relevante para a diminuição da pobreza. A população em condição de pobreza diminuiu em mais de 30%, passando, como proporção da população total, de 32,6%, em 2002, para 21,4%, em 2009 (MERCADANTE, 2010, p. 166).

Seguindo a mesma linha de análise, Márcio Pochmann nos chama a atenção para um fato. O autor trabalha com a ideia do surgimento de uma “nova classe média” que, segundo suas análises, passam a compor a pirâmide social brasileira a partir das escolhas políticas e sobretudo por meio dos investimentos em políticas que garantiam determinados direitos sociais no período da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. O autor pontua:

Mas o principal, sem dúvida, é que, por meio dos programas de distribuição de renda e da nova política do salário mínimo, milhões de brasileiros puderam sair da situação de miséria e pobreza em que se encontravam, atingindo níveis de vida e de consumo que os colocam hoje como membros da classe média. Com isso, melhorou a saúde, a educação, o emprego e a autoestima, além de abrir possibilidades de um futuro melhor para todos (POCHMANN, 2010, p.05).

Evidencia-se assim o caráter assumido pelas políticas sociais no período analisado. As políticas sociais implantadas neste início de século provocaram sem dúvidas mudanças nos indicadores sociais e melhorias nas condições de vida da população. Contudo não podemos deixar de pontuar o caráter contraditório assumido por essas políticas sociais, pois ao mesmo tempo que proporcionava essas melhorias para a classe trabalhadora, ressaltava também os ganhos do capital.

2.3 SERVIÇO SOCIAL: CRÍTICA AO NEODESENVOLVIMENTISMO

Apresentando um pensamento divergente sobre o novo desenvolvimentismo, o Serviço Social brasileiro constrói um contraponto a tal ideologia. Fundamentado na teoria social, autores do campo de análise crítico apresentam divergências significativas em torno do conceito, o que sem dúvidas torna o debate sobre o neodesenvolvimentismo enriquecido.

Uma primeira divergência apresentada diz respeito a negação da existência do neoliberalismo, pensamento este defendido pelos teóricos neodesenvolvimentistas. O novo desenvolvimentismo surgiu após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, apresentando-se como uma terceira via, uma alternativa ao projeto liberal, bem como o projeto socialista. Nesse sentido, a crítica realizada ao neodesenvolvimentismo pontua que esta não se diferencia dos padrões do liberalismo.

Outra característica de divergência é que, para o campo crítico de análise as políticas macroeconômicas neodesenvolvimentistas se caracterizam como estratégia para

fomentar a demanda por mercado, buscando assegurar consumo de massa e garantir a força de trabalho, se caracterizando assim como mais uma estratégia para a nova etapa capitalista, baseado na financeirização do capital.

Sobre a afirmação de que as políticas neodesenvolvimentistas possibilitaram redução da pobreza e extrema pobreza, a partir do enfoque em programas sociais a exemplo dos programas de transferência de renda, Boschetti pontua:

Apesar desta política macroeconômica, a redução da desigualdade e da pobreza, festejada no citado documento do Ipea, merece algumas considerações e questionamentos. A primeira, é que apesar do Índice de Gini ter caído de 0,607, em 1990, para 0,527, em 2011, não se pode deixar de notar que o mesmo documento mostra que este índice é praticamente o mesmo predominante no Brasil em 1960, que foi de 0,535. Ou seja, após uma forte agudização das desigualdades sociais nas décadas de 1970 e 1980, a pequena redução verificada e apontada nos anos 2000 remete o país à condição da década de 1960. Por outro lado, também não se pode deixar de registrar que essa queda se baseia exclusivamente no aumento de rendimento e não toca na estrutura da desigualdade social provocada pela abissal disparidade no acesso à propriedade (BOSCHETTI, 2013, p. 362).

Para a autora, o aumento dos rendimentos da população não alterou a histórica estrutura de desigualdades sociais. A construção de um modelo desenvolvimentista é vista por alguns autores como fruto da correlação de forças que se forjou entre as classes sociais, possibilitando a incorporação do debate sobre desenvolvimento com sustentabilidade.

A autora reforça ainda sua crítica ao neodesenvolvimentismo mostrando que existe um processo de focalização em políticas de extrema pobreza, negando-se assim a possibilidade de construção de políticas universais. Soma-se ainda ao debate a justificativa que o acesso ao sistema de crédito bancário provocou um processo de endividamento de parcela significativa da população. Nesse sentido, coloca em xeque a discussão sobre os reais impactos do chamado neodesenvolvimentismo na garantia de direitos à população.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão ora apresentada tem o objetivo de problematizar sobre o papel que o neodesenvolvimentismo assumiu do ponto de vista prático na processualidade histórica gestada e tensionada nos últimos anos no cenário brasileiro.

Temos por certo a necessidade de intensificar as discussões, análises e debates sobre o trato das políticas sociais dentro desse contexto neodesenvolvimentista. É certo que há em torno da temática muitos dissensos, bem como necessidade de estudos mais apurados para desvendar as nuances do conceito.

A discussão inicial aqui apresentada aparece para o leitor como um esforço por nós empreendido, buscando assim estimular maiores discussões em torno da temática. Tendo por certo que esse é um tema atravessado por múltiplas e diversas contradições e análises.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Políticas de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas sociais. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: expressão popular. Perseu Abramo, 2016.

MARANHÃO, Cezar Henrique. A ideologia neodesenvolvimentista e as políticas sociais no Brasil: apontamentos sobre a crise e hegemonia na periferia do capitalismo. **Revista Conexão Geraes**, Minas Gerais, nº 5, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na produção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MOTA, Ana Elizabete (org.) **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo, Cortez, 2012.

OLIVA, Aloízio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. Campinas, SP: 2010.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social:** temas e questões. 3ed. São Paulo: 2011.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro:** natureza e desenvolvimento. Ed. UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, Trabalho e renda no Brasil:** avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.